



“INFRAESTRUTURA PARA UM BRASIL
SUSTENTÁVEL E INTEGRADO”

MANAUS • 18 A 22 AGO • 2025



Carta de Manaus — XXI SINAOP

Infraestrutura para um Brasil Sustentável e Integrado

Manaus, 22 de agosto de 2025

Realizado na sede do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, o XXI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas reforça o compromisso do IBRAOP com a promoção de uma gestão eficiente e transparente das obras públicas, visando construir um Brasil mais sustentável, resiliente e socialmente integrado.

O fato de estarmos aqui, no coração da maior floresta tropical do planeta, não é apenas geográfico — é profundamente simbólico. O Amazonas representa não só a riqueza natural e cultural do Brasil, mas também os desafios urgentes que enfrentamos diante das mudanças climáticas. Discutir infraestrutura neste território é reconhecer que o desenvolvimento precisa caminhar lado a lado com a preservação ambiental, a justiça social e a responsabilidade intergeracional.

Na abertura, já destacamos que integração e sustentabilidade foram os eixos orientadores deste simpósio. A Amazônia, com seus rios voadores que irrigam regiões distantes e com a diversidade que nela pulsa, nos lembra que nada está isolado. Assim também deve ser a infraestrutura, concebida como rede que articula as dimensões ambientais, sociais, econômicas, institucionais e de governança. A programação do evento foi pensada sob essa lógica, trazendo painéis que, cada um a seu modo, reafirmaram que o controle das obras públicas deve ser um instrumento a serviço da sociedade, da justiça social e da preservação do meio ambiente.



“INFRAESTRUTURA PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO”

MANAUS • 18 A 22 AGO • 2025



Na conferência de abertura, um painel formado exclusivamente por mulheres, para endereçar a questão da equidade de gênero, trouxe à tona os desafios da adaptação climática no âmbito do Programa Adaptacidades, evidenciando a urgência de fortalecer capacidades locais e promover soluções inovadoras diante das mudanças climáticas.

As discussões sobre o saneamento básico revelaram que programas como o Prosamim, em Manaus, demonstram a possibilidade de conciliar reassentamento digno, recuperação ambiental e infraestrutura urbana. Foram apresentadas também as experiências de auditoria em PPPs de saneamento, como no Recife, onde dificuldades contratuais e operacionais foram identificadas, e de gestão consorciada de resíduos sólidos em Minas Gerais, apontando soluções regionais para problemas complexos. A Casa Civil ressaltou o desafio nacional da universalização do saneamento, que depende de investimentos robustos e de governança eficiente. Quanto ao financiamento para os projetos de resíduos sólidos urbanos, foi debatido o modelo de cofaturamento com a água por meio de boleto de cobrança único com vistas à redução da inadimplência e melhoria do cadastro. Como conclusão, destaca-se a necessidade de fortalecer as auditorias, tanto sobre recursos internacionais de grande impacto social, quanto em contratos de concessões e parcerias, garantindo eficiência e transparência.

O painel de logística e transportes ampliou a visão para além das fronteiras regionais, destacando que o país precisa de uma infraestrutura de transporte capaz de integrar seu território e ampliar as relações comerciais com os países vizinhos e parceiros estratégicos. Ao mesmo tempo, foi enfatizada a importância de considerar as necessidades locais, sobretudo da Região Norte, e de priorizar intervenções que maximizem benefícios sociais, econômicos e ambientais, com destaque para as diretrizes do Plano Nacional de Logística 2050 e das Rotas sul-americanas.



“INFRAESTRUTURA PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO”

MANAUS • 18 A 22 AGO • 2025



Na sequência, o painel de obras rodoviárias ressaltou que os investimentos vultosos nessa área precisam ser acompanhados de participação social e de normas técnicas atualizadas. Foram debatidos os riscos de gastos ineficientes em rodovias vicinais, a importância de revisões normativas sobre pavimentação e a urgência de fiscalização constante em obras de arte especiais, de modo a evitar tragédias e prejuízos à mobilidade e à integração do território.

O painel sobre licenciamento ambiental trouxe ao centro das discussões a complexidade de conciliar a exploração de recursos naturais com a responsabilidade socioambiental. Os debates sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas mostraram perspectivas distintas, mas convergentes na defesa de que qualquer decisão deve ser acompanhada de rigor fiscalizatório sobre o uso dos royalties e de compromissos sérios com uma transição energética justa. Também se ressaltou que o licenciamento pode abrir oportunidades sustentáveis em setores como mineração e energia, desde que conduzido com responsabilidade.

O painel sobre emergência climática e tratamento de desastres enfatizou que as mudanças climáticas impactam todas as dimensões da vida em sociedade, da saúde à economia, da educação à infraestrutura. Destacou-se a necessidade de que os órgãos de controle induzam a adoção de planos de ação climática em suas jurisdições, e que instituições e cidadãos se mobilizem na formulação de políticas, no financiamento de soluções, na criação de normas e na aplicação de tecnologias que ampliem a resiliência.

As discussões sobre inteligência artificial demonstraram que o uso de novas tecnologias pode transformar a auditoria de obras públicas, tornando-a mais eficiente e eficaz e promovendo, ao final, a efetiva entrega da política pública. As ferramentas apresentadas mostraram-se promissoras para a detecção de inconsistências e a análise de riscos, reforçando que inovação e ética precisam caminhar juntas para aprimorar o controle.



“INFRAESTRUTURA PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO”

MANAUS • 18 A 22 AGO • 2025



O painel sobre retomada de obras trouxe a reflexão acerca da importância do controle social e da necessidade de recuperar tanto quanto possível os recursos já aplicados em empreendimentos paralisados em obras de construção de escolas, de maneira a trazer para a população o benefício efetivo da educação. No caso da BR-319, discutiu-se que mais importante do que simplesmente reasfaltar a rodovia é garantir a implantação de uma governança capaz de assegurar que a infraestrutura atenda às necessidades reais da população local, que precisa ser corretamente consultada, tanto antes quanto após a execução das obras.

Por fim, na conferência de encerramento, o professor Augusto César Barreto Rocha, da UFAM, enfatizou que o verdadeiro desafio da Amazônia não é a distância em relação ao restante do país, mas sim a ausência de infraestrutura adequada. Defendeu que o debate não pode opor meio ambiente e desenvolvimento, mas deve reconhecer a necessidade de infraestruturas sustentáveis e participativas, construídas com base em pesquisas científicas sobre cadeias produtivas, métricas objetivas de priorização de projetos e com participação ativa da população amazônica, rompendo o ciclo histórico de decisões centralizadas.

De todos esses debates emerge um conjunto de compromissos que se entrelaçam, de maneira a se promover a construção de uma infraestrutura sustentável e integrada, capaz de respeitar as diversidades locais e atender às demandas nacionais. Nesse sentido, continuando a sua caminhada desses últimos 25 anos, o IBRAOP vê neste simpósio não apenas a consolidação de sua trajetória, mas também a abertura de novos desafios: fomentar a adoção de medidas para a adaptação das cidades no sentido da resiliência climática; aprimorar seus referenciais sobre governança do saneamento e avaliação de PPPs e concessões; reforçar o controle do uso dos royalties da extração do petróleo; apoiar metodologias de planejamento estratégico para logística e transportes; fortalecer



“INFRAESTRUTURA PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO”

MANAUS • 18 A 22 AGO • 2025



a fiscalização de manutenções e investimentos em rodovias; incorporar a emergência climática aos procedimentos de auditoria; ampliar o uso responsável da inteligência artificial; aprimorar orientações para a retomada de obras paralisadas; e fomentar a legitimidade nas discussões de temas nacionais sobre a infraestrutura brasileira. Esses novos horizontes ampliam a responsabilidade do Instituto e reafirmam seu papel estratégico na construção de uma infraestrutura voltada ao interesse público.

A pluralidade de vozes presentes no evento — gestores públicos, especialistas, representantes da academia e da iniciativa privada — reforçou a importância de construir políticas públicas que dialoguem com as realidades locais, respeitem o meio ambiente e promovam a inclusão social, com ênfase no acompanhamento do controle de forma concomitante.

Mais do que apontar caminhos, o encontro consolidou compromissos. Ficou claro que o futuro da infraestrutura brasileira depende da capacidade de planejar com responsabilidade, executar com eficiência e avaliar com transparência. É nesse espírito que seguimos avançando, certos de que o diálogo e a cooperação são pilares fundamentais para transformar ideias em ações concretas.

Que esta Carta inspire decisões mais conscientes, integradas e comprometidas com um Brasil que respeita seu território, sua gente e seu futuro!